

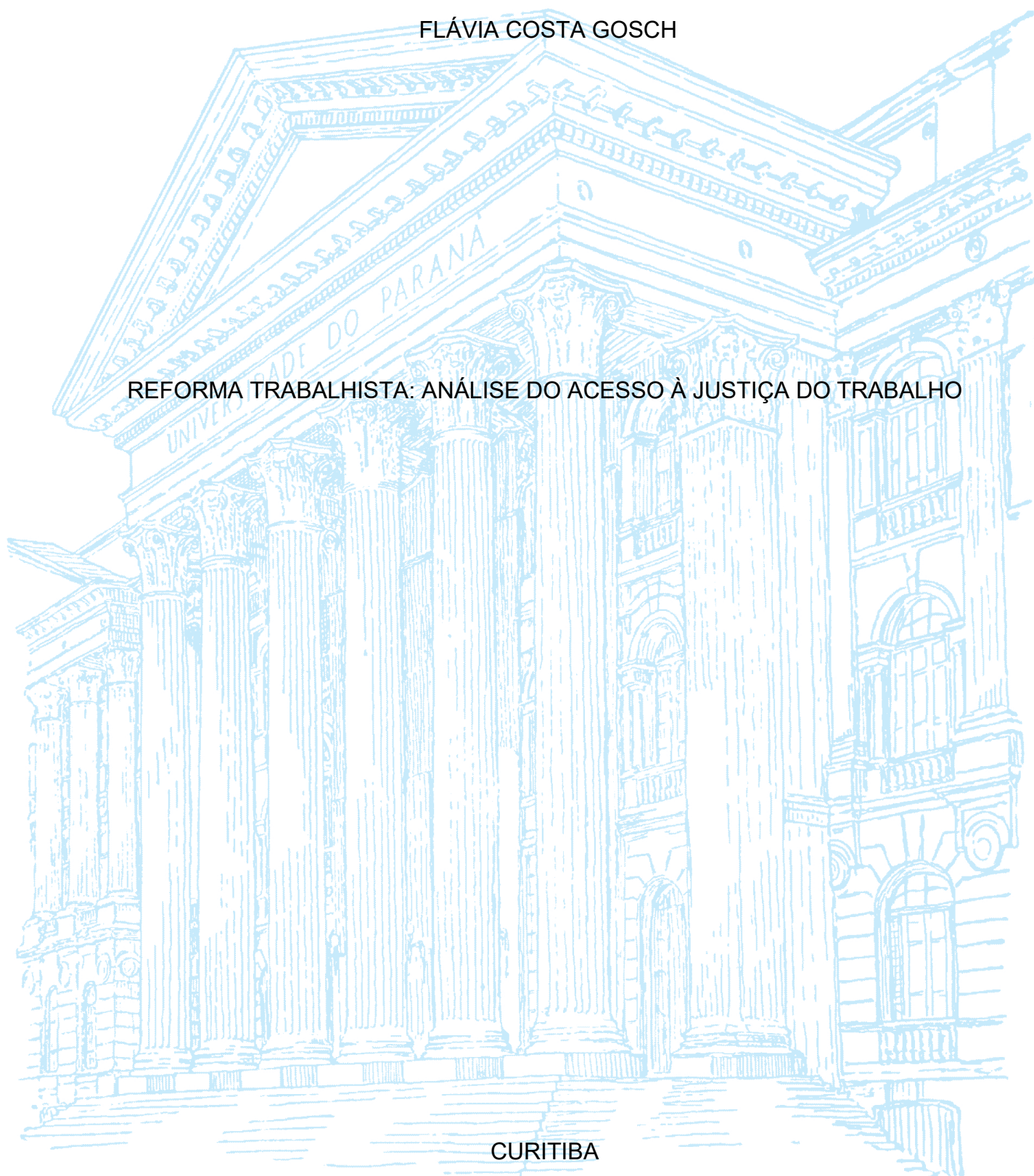
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FLÁVIA COSTA GOSCH

REFORMA TRABALHISTA: ANÁLISE DO ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO

CURITIBA

2019



FLÁVIA COSTA GOSCH

REFORMA TRABALHISTA: ANÁLISE DO ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Serau Júnior

CURITIBA

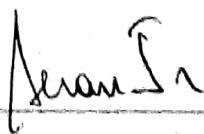
2019

TERMO DE APROVAÇÃO

FLAVIA COSTA GOSCH

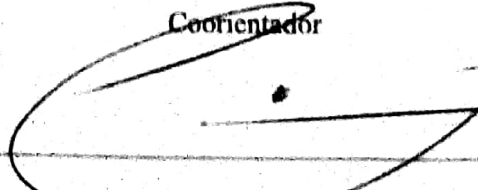
REFORMA TRABALHISTA: ANÁLISE DO ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:




MARCO AURÉLIO SERAU JÚNIOR
Orientador

Coorientador



LUÍZES GONÇALVES DOS SANTOS
Primeiro Membro



GABRIELA CARAMURU
Segundo Membro

AGRADECIMENTOS

À meu orientador, professor Dr. Marco Aurélio Serau Júnior, pela disponibilidade e atenção que sempre teve comigo, e pela oportunidade de participar da pioneira Rede de Estudos Sociais Interdisciplinares em Seguridade e Trabalho (RESIST) da UFPR.

À UFPR, pelo cada vez mais raro privilégio de cursar ensino superior em uma universidade pública e gratuita, que apesar dos pesares ainda busca promover ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

Aos meus pais, Geert e Keila Gosch, que sem hesitar me proporcionaram tudo que precisei, e possibilitaram minha formação acadêmica e pessoal. Já dizia o poeta, “sou a consequência inevitável de você(s)”, e eu não poderia ser mais grata por isso.

Às minhas irmãs, Gabriela e Alessandra Gosch, minhas melhores amigas.

Aos amigos de longa data, Thiago Chuba e Yasmin Malta, que também são família em tudo menos no sangue.

Aos amigos Guilherme Dalazuana, Isabelle Bortolotti, Jamili Vieira, Luan Galindo e Valéria Fiori, pela amizade e companheirismo, sem os quais eu jamais teria concluído a graduação.

Ao escritório Filippetto Advogados e ao Instituto Democracia Popular, em nome das advogadas Ana Marta Wolpe e Denise Filippetto, por todas as oportunidades e aprendizado que me proporcionaram ao longo dos últimos anos.

Por fim, à todas as colegas do Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular (MAJUP) Isabel da Silva e das Promotoras Legais Populares (PLPs), projetos de extensão universitária incrivelmente necessários, por todas as experiências que motivaram.

*Si cada hora viene con su muerte
si el tiempo es una cueva de ladrones
los aires ya no son los buenos aires
la vida es nada más que un blanco móvil.*

usted preguntará por qué cantamos (...)

*cantamos porque el grito no es bastante
y no es bastante el llanto ni la bronca
cantamos porque creemos en la gente
y porque venceremos la derrota (...)*

*cantamos porque llueve sobre el surco
y somos militantes de la vida
y porque no podemos ni queremos
dejar que la canción se haga ceniza.*

(BENEDETTI, 1994, p.192/193)

RESUMO

Esta pesquisa analisa as mudanças implantadas pela Reforma Trabalhista à Consolidação das Leis do Trabalho, particularmente no que afeta o direito fundamental de acesso à justiça e os impactos causados por ela nos seus primeiros anos de vigência. Para isso, conceitua acesso à justiça e defende sua caracterização como um direito fundamental, que somente é efetivo quando produz resultados individual e socialmente justos. Assim, apresenta as mudanças realizadas pela Lei 13.467/2017 que oneram as demandas trabalhistas, assim como as mudanças que representam obstáculos ao acesso à justiça na fase de execução. Considerando que a Reforma Trabalhista coloca em risco a efetividade dos direitos trabalhistas, e que a defesa do trabalho e vida dignos dependem também do acesso à justiça e da possibilidade de buscar tutela nas instituições que foram designadas para este fim, defende uma interpretação principiológica e constitucional das normas alteradas, para que sejam preservados direitos fundamentais (art. 5º, XXXV e LXXIV, e inciso XXIX do art. 7º da CF/88).

Palavras-chave: Reforma Trabalhista. Acesso à justiça. Direito do Trabalho. Direitos Fundamentais.

ABSTRACT

The present work analyzes the changes implemented by the Labor Reform to the Brazilian Labor Code, particularly regarding the fundamental right of access to justice and the impacts caused by it in its early years. To this end, it conceptualizes access to justice and defends its characterization as a fundamental right, which is only effective when it produces individually and socially just results. Thus, it presents the changes made by the law nº 13.467/2017 that burden the labor suits, as well as the changes that represent obstacles to access to justice in the judicial execution phase. Whereas the Labor Reform endangers the effectiveness of labor rights, and whereas the defense of dignified work and life also depends on access to justice and the possibility of seeking protection in the institutions designated for this purpose, advocates a principled and constitutional interpretation amended norms, in order to preserve fundamental rights (article 5, XXXV and LXXIV, and item XXIX of article 7 of CF / 88).

Keywords: Labor Reform; Access to justice;.Labour rights, Fundamental Rights.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ANAMATRA	- Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
ArgInc	- Arguição de Inconstitucionalidade
Art.	- Artigo
ATOrd	- Ação Trabalhista Rito Ordinário
CF/88	- Constituição Federal de 1988
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CONAMAT	- Congresso da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
CPC	- Código de Processo Civil
DEJT	- Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
RR	- Recurso de Revista
TRT	- Tribunal Regional do Trabalho
TST	- Tribunal Superior do Trabalho
STF	- Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 O ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	19
3 OBSTÁCULOS AO ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO PÓS REFORMA TRABALHISTA.....	24
3.1 ONERAÇÃO DA DEMANDA	24
3.1.1 Justiça Gratuita	24
3.1.2 Honorários Periciais	28
3.1.3 Honorários de Sucumbência	30
3.1.4 Custas pela extinção da ação sem resolução de mérito – Ausência do autor na audiência	35
3.1.5 Litigância de má-fé	37
3.1.6 Onerosidade da demanda no processo civil x processo do trabalho	39
3.2 OBSTÁCULOS À FASE DE EXECUÇÃO	42
3.2.1 Liquidação dos valores na inicial.....	42
3.2.2 Configuração do grupo econômico.....	45
3.2.3 Vantagens processuais para entidades filantrópicas e sem fins lucrativos	49
3.2.4 Vedação do prosseguimento de execução de ofício	50
3.2.5 Prescrição intercorrente	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
5 REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

O Projeto de Lei nº 6.787/2016 foi apresentado em 23 de dezembro de 2016, e, após sofrer mais de 800 propostas de emendas, foi aprovado em regime de urgência em 13 de julho de 2017.

Além das alterações terem sido realizadas unilateralmente e às pressas, o teor da massiva quantidade de emendas propostas deixou evidente que o que foi chamado de Reforma Trabalhista, em verdade, representou um ataque coordenado aos direitos dos trabalhadores.

Isto porque, para além das inúmeras formas, sutis ou não, em que foram retirados direitos conquistados ao longo das últimas décadas, implantou ainda novas modalidades de emprego sem qualquer regulamentação que permitisse compreender as repercussões e especificidades destas inovações.

A aprovação da Lei 13.467/2017 foi consequência de um cenário marcado por interesses políticos e econômicos pronunciados, não sendo fenômeno isolado. Assim como a Reforma da Previdência, a aprovação da PEC 241/55 (“PEC do Teto dos Gastos”), a reforma do ensino médio, o corte no orçamento das universidades federais, e a própria ascensão do governo Bolsonaro também são frutos da mesma conjuntura que hoje coloca em risco o patamar civilizatório mínimo¹ do Direito do Trabalho.

Em meio ao caos jurídico neste contexto, um dos temas que se destaca na Justiça do Trabalho é o processo de obstaculização ao direito de acesso à justiça. Desde a previsão de honorários sucumbenciais até a proibição do prosseguimento de execução de ofício, são diversos os óbices trazidos pela nova legislação.

Esta insegurança jurídica se deve não somente à aplicação da Reforma de modo errático por parte dos magistrados, mas também pela expectativa constante de que sejam proferidas decisões pelos tribunais superiores que declarem a inconstitucionalidade total ou parcial de alguns dos mais de cem dispositivos alterados da antiga Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Atualmente, tramitam dezenas de ações requerendo a declaração da inconstitucionalidade da Reforma Trabalhista e artigos perante o STF, e incontáveis

¹ Expressão cunhada por Maurício Godinho Delgado.

pedidos de declaração de inconstitucionalidade incidental de dispositivos específicos em outros âmbitos de jurisdição.

Neste cenário, é fundamental a defesa dos princípios que norteiam o ordenamento brasileiro, tanto pela sociedade em geral, quanto pelas organizações de trabalhadores, pela advocacia, e, mais do que nunca, pela academia.

Quanto ao plano jurídico, para além do ajuizamento de ações individuais ou coletivas, esta defesa dos princípios também se manifesta na disputa pelo sentido atribuído às normas, fato que motiva a escolha deste objeto de estudo.

Justamente por isto, esta pesquisa tem como principal objetivo analisar as mudanças implantadas pela Reforma Trabalhista a CLT, no que afeta ao direito fundamental de acesso à justiça e aos impactos causados por ela nos seus primeiros anos de vigência.

Especificamente, pretende-se: i) conceituar acesso à justiça e defender sua caracterização como um direito fundamental; ii) apresentar as mudanças realizadas pela Lei 13.467/2017 que oneram as demandas trabalhistas, como estas representam obstáculos ao acesso à justiça por parte dos trabalhadores, e possíveis interpretações dos dispositivos alterados; iii) apresentar as mudanças realizadas pela Lei 13.467/2017 à fase de execução nas demandas trabalhistas, como estas representam obstáculos ao acesso à justiça por parte dos trabalhadores e possíveis interpretações dos dispositivos alterados.

Para isso, foi adotada como metodologia a análise bibliográfica, resgatando conceitos dos direitos humanos, processo civil, direito e processo do trabalho. Ainda, foi realizado o estudo das alterações legislativas causadas pela Reforma Trabalhista, assim como as que a antecederam, e que culminaram na atual redação dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

E, também, foram examinadas decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho de regiões diversas, assim como dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça e Setor de Estatísticas do TST.

Isto porque, após dois anos de vigência, a Reforma Trabalhista já foi aplicada de diversas formas, havendo vasta jurisprudência relativa às alterações aqui estudadas. Trata-se também de compreender os efeitos desta aplicação, consolidada quanto a alguns temas, ainda controversa quanto a outros, e apresentar argumentos que eventualmente buscam corroborar ou refutar esses entendimentos.

Em síntese, este trabalho surge da necessidade de compreender estes obstáculos, analisar suas consequências e, além disso, defender uma interpretação principiológica e constitucional das normas, na tentativa de preservar direitos fundamentais (art. 5º, XXXV e LXXIV, e inciso XXIX do art. 7º da CF/88).

2 O ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Para realização desta pesquisa, é necessário compreender a evolução do conceito de acesso à justiça, e sua percepção hoje como um direito fundamental.

A obra clássica de Mauro Cappelletti e Bryant Garth representa marco em termo de discussão sobre acesso à justiça, até mesmo em relação ao uso desta expressão. Os referidos autores explicam que normas processuais podem representar entraves ao efetivo direito de acesso à justiça. Exemplificam que a custas judiciais, os honorários, o longo tempo de espera e também a falta de familiaridade com o funcionamento do Judiciário representam grandes obstáculos para o acesso à justiça, especialmente para aqueles que raramente tiveram contato com o direito. (CAPPELLETTI, 1988)

E, que, por outro lado, estas características do processo servem como vantagem aos que estão habituados ao uso do sistema judicial, já possuindo os recursos financeiros e organizacionais para obter o máximo de proveito deste, como as grandes empresas que podem ser consideradas litigantes habituais. (CAPPELLETTI, 1988)

Neste contexto, é importante ressaltar que o mero ajuizamento de ações não equivale ao acesso à justiça, que teria duas finalidades básicas: i) um sistema igualmente acessível para resolução de litígios sob a tutela estatal, e ii) que este produza resultados individual e socialmente justos. (CAPPELLETTI, 1988)

Portanto, o acesso à justiça só é realizado se for efetivo. O mero fato de poder ajuizar uma ação não garante um processo justo, com decisões judiciais fundamentadas, com fase instrutória em que ambas as partes tenham amplo acesso ao contraditório, à produção de provas, etc. Ainda que a noção de efetividade absoluta seja utópica, e que as diferenças entre as partes não possam ser jamais realmente erradicadas, é exatamente para que tente-se alcançar mais simetria na lide que a busca pela “igualdade de armas” no processo deve sempre estar entre os objetivos do sistema judicial. (CAPPELLETTI, 1988)

Sobre o tema, Ada Pellegrini Grinover, ainda sob a égide da Constituição Federal de 1967, já defendia a associação necessária entre o direito à prestação jurisdicional e ao devido processo legal. Aduz que a mera afirmação da constitucionalização do direito de ação não assegura ao indivíduo os meios para obter decisão judicial sobre a razão do pedido. (GRINOVER, 1975)

Deste modo, a autora explica que não se trata meramente de obter resposta do Estado, mas sim de garantir tutela dos direitos via judicial, em que as partes tenham oportunidade de contribuírem para a formação do convencimento do juiz. Isto é, o direito ao contraditório, à assistência judiciária, ao duplo grau de jurisdição, à publicidade, entre outros, são todos decorrentes do direito de acesso à justiça e do devido processo legal. (GRINOVER, 1975)

O direito de ação, constitucionalmente garantido, somente resulta em garantia de justiça, qual seja, tutela qualificada, quando oferecidas todas as garantias do devido processo legal às partes. Ademais, a doutrinadora atribui responsabilidade ao Poder Legislativo, a quem compete regular este exercício do direito de ação e de defesa, dentro da estrutura processual civil. (GRINOVER, 1975)

De outra via, Nelson Nery Júnior leciona que o direito de ação consiste no direito de postular jurisdicionalmente, seja preventiva ou reparatoriamente, relativamente à um direito, e obter tutela jurisdicional adequada por parte do Estado. Neste sentido, nota-se que há similaridade com o teorizado por Ada Pellegrini Grinover, explicando que o direito de ação resta vazio se a tutela estatal vem desacompanhada do devido processo legal. (NERY JÚNIOR, 2004)

Trata-se tanto do direito individual quanto meta-individual, qual seja, difuso, coletivo ou individual homogêneo. Ainda, o autor explica que o oferecimento de assistência judiciária gratuita e integral para os que dela necessitam é imprescindível, decorrente do direito de obter tutela jurisdicional do Estado. (NERY JÚNIOR, 2004)

Ressalta ainda que qualquer expediente que obste ou dificulte o acesso ao devido processo legal é atentatório contra o princípio de ação. Exemplificativamente, a não aplicação do princípio da fungibilidade vai de encontro ao direito de ação, assim como as custas calculadas sem limite sobre o valor da causa, ou contratos que estabeleçam descontos caso não haja ajuizamento de ação judicial em caso de controvérsia. (NERY JÚNIOR, 2004)

O autor ainda explica que o acesso à justiça não implica que o processo deva ser gratuito, apenas que a onerosidade excessiva pode ser entendida como óbice ao acesso à justiça. Ilustra a diferença entre os casos: condicionar o ajuizamento de ação declaratória de débito fiscal ao prévio depósito do valor do débito atentaria contra o acesso à justiça, enquanto a exigência do depósito de 5% do valor da causa para ajuizamento de ação rescisória não. Isto porque, em se

falando de ação rescisória, já houve tutela do Estado com força de coisa julgada sobre o caso. (NERY JÚNIOR, 2004)

Por sua vez, Luiz Guilherme Marinoni, também compreendendo o direito à tutela jurisdicional como fundamental, define:

Para resumir, basta evidenciar que há direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva, tempestiva e, quando houver necessidade, preventiva. A compreensão desse direito depende da adequação da técnica processual aos direitos, ou melhor, da visualização da técnica processual a partir das necessidades do direito material. Se a efetividade (em sentido lato) requer adequação e a adequação deve trazer efetividade, o certo é que os dois conceitos podem ser decompostos para melhor explicar a necessidade de adequação da técnica às diferentes situações de direito substancial. Pensando-se a partir daí fica mais fácil visualizar a técnica efetiva, contribuindo-se para sua otimização e para que a efetividade ocorra do modo menos gravoso ao réu.

Tal direito não poderia deixar de ser pensado como fundamental, uma vez que o direito à prestação jurisdicional efetiva é decorrência da própria existência dos direitos e, assim, a contrapartida da proibição da autotutela. O direito à prestação jurisdicional é fundamental para a própria efetividade dos direitos, uma vez que esses últimos, diante das situações de ameaça ou agressão, sempre restam na dependência da sua plena realização. Não é por outro motivo que o direito à prestação jurisdicional efetiva já foi proclamado como o mais importante dos direitos, exatamente por constituir o direito a fazer valer os próprios direitos. (MARINONI, 2008, p. 144)

O autor defende que o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva é composto de:

- a. Técnicas processuais idôneas à tutela dos direitos fundamentais;
- b. Participação processual para proteção de direitos fundamentais e reivindicação de direitos sociais;
- c. Tutela jurisdicional efetiva prestada (resposta do Juiz) para todos os direitos.

Coloca que este direito, cujo dever de efetivação cabe tanto aos legisladores quanto aos juízes, não deve ser limitado ao direito de igual acesso ao procedimento, ou ainda ao conceito tradicional de acesso à justiça. Afinal, não se trata apenas do direito de postular: há que se considerar a capacidade do processo de atender de maneira idônea o direito material. Do contrário, se o direito de ir ao juízo for restrito à técnica processual expressamente contida na lei, o direito processual passa a definir os limites do direito material, em afronta ao direito fundamental à efetividade da tutela jurisdicional. (MARINONI, 2008, p. 147)

Ou seja: o magistrado deve interpretar a norma processual sempre à luz do direito fundamental de prestação de tutela efetiva, visando atingir a máxima potencialidade desta efetividade dos direitos. Evidentemente, isso inclui o zelo por outros princípios, particularmente o do direito de defesa e contraditório. (MARINONI, 2008)

De maneira sucinta, o que Marinoni propõe é que o direito à tutela jurisdicional efetiva consiste, em verdade, no direito à efetiva proteção do direito material. E que as decisões levem em consideração não apenas o direito material, mas também a realidade social, que por ventura justifique a necessidade de tratamentos distintos. (MARINONI, 2008)

Desta forma, é preciso considerar que um único procedimento nunca será capaz de dar conta de todas as situações materiais distintas, e que o direito processual, ao invés de ser considerado autônomo, deve ser reconhecido pela relação de interdependência existente entre o direito processual e o direito material, não podendo jamais ser visto através de uma óptica de “neutralidade” ou que ignore a realidade social, para qual o direito cumpre papel hegemônico. (MARINONI, 2008)

Por fim, Marinoni ainda explana que é preciso refletir sobre as eficácias vertical, horizontal e repercussões deste direito fundamental. Adotando a doutrina de Claus-Wilhelm Canaris, defende que, apesar de apenas o Estado ser destinatário direto das normas que protegem os direitos fundamentais, ou seja, que estas não têm eficácia vertical entre particulares, cabe ao legislador regular a sociedade de modo a proteger um cidadão diante do outro. (MARINONI, 2008)

Em termos de direito do trabalho, estas considerações são facilmente aplicáveis à prática: se o Estado se omite e não atua de modo a proteger o empregado diante do empregador, sendo impreterível que o fizesse, viola o direito de proteção estatal. Em se tratando do direito fundamental à efetividade da tutela

jurisdicional, este efeito implica na vinculação apenas do juiz, mas pode repercutir sobre o particular, conforme a maior ou menor aplicação da técnica processual efetiva no caso concreto. (MARINONI, 2008)

Ronaldo Lima dos Santos, expondo a doutrina de Pablo Gutiérrez de Cabiedes e Hidalgo de Caviedes, também evidencia a necessidade de voltar o olhar para a realidade social como fonte de óbices ao acesso à justiça. Assinala a existência de dois tipos de obstáculos: os de natureza fática e os de natureza jurídica. (CAPIEDES apud SANTOS, 2003)

Os primeiros, de natureza fática, assim divididos: econômicos (como as custas da demanda, honorários, e limites pecuniários fixados para obter acesso à tribunais); culturais (educação deficitária, inacessibilidade da linguagem jurídica, difícil acesso à assessoria jurídica, ignorância acerca dos direitos e da lei); e obstáculos sociológicos e psicológicos (falta de confiança na efetividade e na justiça da máquina do Judiciário, receio de perder a demanda e arcar com os custos decorrentes da perda). (CAPIEDES apud SANTOS, 2003)

Já os obstáculos de natureza jurídica, alguns aqui já mencionados, como a demora dos processos, a inadequação das estruturas jurisdicionais para efetivar direitos, a dificuldade de ampliar a legitimidade processual para novos atores sociais, a inexistência de processos e normatividade especiais para novos interesses, como os referentes ao meio ambiente. (CAPIEDES apud SANTOS, 2003)

Por fim, vale dizer que muitos destes obstáculos identificados pela doutrina são facilmente reconhecidos nas mudanças trazidas pela Reforma Trabalhista, que serão analisadas a seguir.

3 OBSTÁCULOS AO ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO PÓS REFORMA TRABALHISTA

Analisemos então, a partir das considerações tecidas acima, as alterações trazidas pela Reforma Trabalhista que representam óbices ou restringem o acesso à justiça, sendo organizadas em duas divisões principais: oneração da demanda e obstáculos que afetam a fase executória.

3.1 ONERAÇÃO DA DEMANDA

3.1.1 Justiça Gratuita

O instituto da justiça gratuita tem como marco legal no ordenamento brasileiro a Lei da Assistência Judiciária, nº 1060/55, revogada em 2015 através do artigo 1.072, inciso III, do novo Código de Processo Civil.

Não havendo previsão expressa na CLT, passou-se a utilizar subsidiariamente os artigos 98 a 102 do CPC, que regulam a gratuidade da justiça de maneira geral.

A Reforma Trabalhista, no entanto, alterou a redação do artigo 790 da CLT, que passou a prever como possíveis beneficiários da justiça gratuita aqueles que auferirem salário igual ou inferior a 40% do teto dos benefícios da Previdência Social, ou aqueles que puderem comprovar a hipossuficiência econômica:

Art. 790. Nas Varas do Trabalho, nos Juízos de Direito, nos Tribunais e no Tribunal Superior do Trabalho, a forma de pagamento das custas e emolumentos obedecerá às instruções que serão expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho. (Redação dada pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

§ 1º Tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá solidariamente pelo pagamento das custas devidas. (Redação dada pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

§ 2º No caso de não-pagamento das custas, far-se-á execução da respectiva importância, segundo o procedimento estabelecido no Capítulo V deste Título. (Redação dada pela Lei nº 10.537, de 27.8.2002)

§ 3º É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 4º O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (sem destaques no original)

A nova redação do artigo 790, § 3º, da CLT talvez seja a alteração trazida pela Lei 13.467/17 que representa a violação mais manifesta ao direito de acesso à justiça, não somente pela previsão do § 3º em si, mas também pelas consequências trazidas pelo legislador aos artigos seguintes, que serão detalhadas adiante.

Primeiramente, necessário ressaltar que a ideia trazida pelo § 3º, de que a concessão da justiça gratuita seria mera faculdade dos magistrados deve ser repudiada. A gratuidade da justiça é direito assegurado pela Constituição Federal, (“o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”, artigo 5º, LXXIV da CF/88), não podendo o legislador impedir a efetividade do comando constitucional.

Assim, a justiça gratuita é direito subjetivo fundamental de berço constitucional, não mero “favor judicial”, como faz parecer o § 3º do artigo 790 da CLT. Neste sentido, o juiz não é o soberano do direito dos trabalhadores ao Judiciário, mas sim intérprete das pretensões dentro do sistema do direito objetivo. Logo, não se trata de faculdade: uma vez verificadas as condições objetivas do direito, seu deferimento é medida impositiva. (MARQUES DE LIMA, 2017).

Inclusive o próprio artigo 790, no parágrafo seguinte, prevê a concessão da justiça gratuita (“será concedido”, no imperativo) para aqueles que comprovarem a insuficiência de recursos. No entanto, parte significativa dos magistrados vem aplicando o § 3º como critério absoluto para o indeferimento dos benefícios da gratuidade da justiça, o que é justamente o objetivo de sua redação².

² Eis a justificativa apresentada pelo relator do projeto da Reforma Trabalhista, Deputado Roberto Marinho: “A redação sugerida aos §§ 3º e 4º do art. 790 da CLT visa justamente a dar efetividade ao

Na literalidade do § 3º, somente aqueles que possuem renda igual ou inferior à R\$ 2.335,78³ poderiam ter acesso à justiça gratuita. Considerando que o salário mínimo para atender as necessidades básicas de um trabalhador e de sua família seria R\$ 3.980,82⁴, a suposição do legislador de que apenas os que auferem menos do que 40% do teto previdenciário teriam direito à justiça gratuita se torna ainda mais flagrantemente falaciosa.

Neste sentido, certa a observação do professor Rodrigo Wasem Galia:

Com a precisão milimétrica de cirurgião, o legislador fulminou o portão de acesso ao judiciário, alterando critérios de concessão da gratuidade de justiça e o seu alcance (...). (GALIA e SILVEIRA, 2019, p. 3)

Isto porque, se aplicado literalmente, o dispositivo alterado elimina a possibilidade de que a gratuidade da justiça seja concedida mediante declaração da pessoa física de que não pode arcar com as despesas processuais sem prejudicar seu sustento e de sua família.

Assim sendo, os artigos 790 e seguintes transformam-se em restrições absolutas ou quase absolutas ao direito à justiça gratuita, e conseqüentemente, ao acesso à justiça, violando diretamente os incisos XXXV e LXXIV do artigo 5º da CF/88. (DELGADO, 2017)

No entanto, felizmente, as intenções do legislador não vinculam o olhar dos intérpretes da norma. Apesar disto, são necessários alguns esforços hermenêuticos para evitar a inconstitucionalidade na aplicação das modificações inseridas pela Reforma Trabalhista.

princípio da gratuidade, transcrevendo os termos da Constituição no § 4º, enquanto o § 3º exclui a presunção de insuficiência de recursos, admitida na parte final da redação atual.

Ressalte-se que o objetivo não é dificultar o acesso à Justiça, mas, pelo contrário, torná-la efetiva, evitando-se as ações em que se solicita, e muitas vezes é concedida, a justiça gratuita para pessoas que dela não poderiam usufruir, mediante mero atestado de pobreza. Com essa medida, afastam-se as pessoas que não se enquadram nos requisitos de “pobreza” e se garante que o instituto seja utilizado por aqueles que realmente necessitam.”

³ Considerando o teto previdenciário de R\$ 5.839,45, conforme Portaria nº 9, de 15 de janeiro de 2019, do Ministério da Economia.

⁴ Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para o mês de setembro/2019. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>. Acesso em 04/09/2019.

Em síntese, para uma análise do dispositivo de modo sistemático com os princípios do direito do trabalho e que regem a Constituição Federal, adota-se a proposta do Desembargador Francisco Meton Marques de Lima de que, para que o artigo 790 seja aplicável, deve-se ler que:

- a. É facultado aos magistrados concederem, de ofício, os benefícios da justiça gratuita a quem auferir salário igual ou inferior à 40% do teto previdenciário; (MARQUES DE LIMA, 2017).
- b. Os magistrados concederão os benefícios da justiça gratuita a quem requerer, demonstrando hipossuficiência econômica, hipótese que engloba os empregadores, que, em sendo pessoas jurídicas, deverão comprovar a dita insuficiência; (MARQUES DE LIMA, 2017).
- c. Os magistrados concederão os benefícios da justiça gratuita aqueles que declararem, diretamente ou através de procurador, que não tem condições de arcar com os custos do processo sem prejuízo de seu sustento e de sua família. (MARQUES DE LIMA, 2017).

Por fim, ressalta-se que a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho recentemente proferiu decisão⁵ neste sentido, e, realizando interpretação

⁵RECURSO DE REVISTA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE MISERABILIDADE. Cinge-se a controvérsia a se saber se é necessária a comprovação do estado de miserabilidade no processo do trabalho para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita. (...) Dessa forma, as ações ajuizadas a partir da entrada em vigor da reforma trabalhista estão submetidas ao que dispõe o § 4º do art. 790 da CLT, que exige a comprovação, pela parte requerente, da insuficiência de recursos para a concessão dos benefícios da justiça gratuita. Sem dúvida, o referido dispositivo inaugurou uma condição menos favorável à pessoa natural do que aquela prevista no Código de Processo Civil. No entanto, em se tratando de norma específica que rege o Processo do Trabalho, não há espaço, a priori, para se utilizar somente as disposições do CPC. Logo, o referido dispositivo implicaria, no ponto de vista do trabalhador, um retrocesso social, dificultando o acesso deste ao Poder Judiciário. Assim, a par da questão da constitucionalidade ou não do § 4º do art. 790 da CLT, a aplicação do referido dispositivo não pode ocorrer isoladamente, mas sim deve ser interpretado sistematicamente com as demais normas, quer aquelas constantes na própria CLT, quer aquelas previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Civil. Dessa forma, à luz do que dispõe o próprio § 3º do art. 790 da CLT c/c com os arts. 15 e 99, § 3º, do CPC, entende-se que a comprovação a que alude o § 4º do art. 790 da CLT pode ser feita mediante a simples declaração da parte, a fim de viabilizar o pleno acesso do trabalhador ao Poder Judiciário, dando, assim, cumprimento ao art. 5º, XXXV e LXXIV da Constituição Federal. Isso porque não se pode atribuir ao trabalhador que postula, junto a esta Especializada, uma condição menos favorável àquela destinada aos cidadãos comuns que litigam na justiça comum, sob pena de afronta ao princípio da isonomia, previsto no caput do art. 5º da CF. Não conceder à autora, no caso dos autos, os benefícios da gratuidade de justiça, é o mesmo que impedir o amplo acesso ao Poder Judiciário (art. 5º, XXXV, da

sistemática com as demais disposições da CLT, da CF/88 e do CPC, entendeu que a comprovação a que alude o § 4º pode ser feita mediante simples declaração da parte.

3.1.2 Honorários Periciais

Como mencionado no tópico anterior, uma das consequências mais preocupantes do novo paradigma de concessão de gratuidade da justiça é a previsão do artigo 790-B da CLT:

Art. 790-B. **A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente** na pretensão objeto da perícia, **ainda que beneficiária da justiça gratuita**. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 1º Ao fixar o valor dos honorários periciais, o juízo deverá respeitar o limite máximo estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 2º O juízo poderá deferir parcelamento dos honorários periciais. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3º O juízo não poderá exigir adiantamento de valores para realização de perícias. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 4º **Somente no caso em que o beneficiário da justiça gratuita não tenha obtido em juízo créditos capazes de suportar a despesa referida no caput, ainda que em outro processo, a União responderá pelo encargo**. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (sem destaques no original)

Assim, a Lei 13.467/2017 acrescentou restrição aos benefícios da justiça gratuita, excetuando casos em que o beneficiário não tenha obtido créditos em juízo (ressaltando “*ainda que em outro processo*”) suficientes para responder pelo encargo pericial.

Primeiramente, importante dizer que o referido dispositivo desconsidera a salvaguarda conferida aos créditos trabalhistas pelo ordenamento jurídico,

CF) e discriminar o trabalhador em relação às pessoas naturais que litigam na justiça comum (art. 5º, caput, da CF). Recurso de revista conhecido por violação dos arts. 5º, XXXV da CF 99, § 3º, do CPC e provido. (TST-RR-1000683-69.2018.5.02.0014. 3ª Turma. Ministro Relator: Alexandre Agra Belmonte. DEJT: 11/10/2019.)

possuindo prioridade sobre demais créditos eventualmente decorrentes da reclamatória. (DELGADO, 2017).

Em tendo natureza alimentar, os créditos decorrentes de ação trabalhista são dotados de proteção particular, reconhecida inclusive pelo artigo 83, I, da Lei nº 11.101/2005 e pelo artigo 186 da Lei 5.172/66.

Sendo as verbas trabalhistas “superprivilegiadas”, condição esta amplamente reconhecida pela jurisprudência dos tribunais superiores, e de indisponibilidade inata, é impossível conceber a compensação de créditos decorrentes de reclamatória trabalhista para pagamento de honorários, sejam periciais ou sucumbenciais.

É este o entendimento consubstanciado no 100º Enunciado da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho no CONAMAT 2018⁶:

É inconstitucional a previsão de utilização dos créditos trabalhistas reconhecidos em juízo para o pagamento de despesas do beneficiário da justiça gratuita com honorários advocatícios ou periciais (artigos 791-A, § 4º, e 790-B, § 4º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017), por ferir os direitos fundamentais à assistência judiciária gratuita e integral, prestada pelo Estado e à proteção do salário (arts. 5º, LXXIV, e 7º, X, da Constituição Federal)

Isto porque, em verdade, a previsão do artigo 790-B institui a possibilidade de empenhar ou confiscar verbas que são intangíveis, com previsão expressa de sua impenhorabilidade no ordenamento (artigo 833, IV, CPC).

Ainda mais alarmante é a previsão de fazê-lo contra beneficiário de justiça gratuita, que reconhecidamente pelo juízo não tem condições de arcar com os ônus financeiros envolvidos no litígio trabalhista. Trata-se de retrocesso imenso do processo do trabalho, especialmente considerando que o processo civil, que não tem como princípio assegurar proteção ao trabalhador e diminuir o desequilíbrio inerente das relações laborais, trás disposição em sentido contrário (artigo 95, § 3º, e 98, § 1º, VI, do CPC).

⁶ Congresso promovido pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT, pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas - ABRAT e pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT.

É evidente a violação aos direitos e garantias constitucionais da justiça gratuita e do direito de ação (artigo 5º, LXXIV, XXXV, e artigo 7º, da CF/88).

3.1.3 Honorários de Sucumbência

A Reforma Trabalhista introduziu a previsão do pagamento de honorários de sucumbência através do artigo 791-A da CLT:

Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 1º Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 2º Ao fixar os honorários, o juízo observará: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

I - o grau de zelo do profissional; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

II - o lugar de prestação do serviço; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

III - a natureza e a importância da causa; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3º Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrar honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 5º São devidos honorários de sucumbência na reconvenção. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

A redação do 791-A da CLT não apenas vai de encontro à construção juristrabalhista concretizada na Súmula 219 do TST, como aumenta radicalmente o risco das reclamações trabalhistas.

O pagamento de honorários sucumbenciais, especialmente na literalidade do dispositivo acima, pode inviabilizar o exercício do direito e a garantia constitucional de acesso à justiça e da gratuidade da justiça, especialmente aos trabalhadores que não possuem renda e/ou patrimônio, qual seja, a esmagadora maioria. (DELGADO, 2017)

Neste sentido, no acórdão da ArgInc 0000206-34.2018.5.19.0000⁷, julgada pelo TRT da 19ª Região, o Desembargador João Arruda Alencar aponta precisamente que condenar o beneficiário da justiça gratuita ao pagamento de honorários de sucumbência constitui verdadeiro abuso estatal no exercício do poder de legislar. A alteração trazida pela Reforma Trabalhista ignora a eficácia vertical de direitos e garantias fundamentais, especialmente o direito de ação e à justiça gratuita, reconhecidas como direitos públicos subjetivos.

⁷ ARGINC. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE DE CONDENÇÃO EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. ART. 791-A, § 4º, CLT. INCONSTITUCIONALIDADE. Se o art. 791-A da CLT, incluído pela Lei nº 13.467/17, impõe restrições às garantias fundamentais de assistência jurídica integral e gratuita (art.5º, LXXIV) e do acesso à Justiça (art. 5º, XXXV), afrontando também o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), além de dar, equivocadamente, o mesmo tratamento a quem se encontra materialmente em situações desiguais, numa clara violação ao princípio constitucional da igualdade (art. 5º, caput), resta ao Poder Judiciário declarar a sua inconstitucionalidade. (TRT da 19ª Região, Tribunal Pleno, ArgInc 0000206-34.2018.5.19.0000, em 07/11/2018, Desembargador João Arruda Alencar)

Também neste sentido a decisão do TRT da 4ª Região: "DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONFRONTO DO ART. 791-A DA CLT COM REDAÇÃO DA LEI 13.467/2017 COM PRECEITOS CONSTITUCIONAIS QUE GARANTEM A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA INTEGRAL E O ACESSO À JUSTIÇA. É inconstitucional parte da norma inserida no § 4º art. 791-A da CLT, por força da Lei 13.467 de 13.07.2017, na medida em que impõe ao trabalhador beneficiário do instituto da assistência judiciária gratuita limitação ao exercício do amplo direito de ação e aos efeitos da concessão da justiça gratuita de forma integral, como garantem os preceitos constitucionais expressos nos incisos XXXV e LXXIV do art 5º da CF/88, in verbis: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos." e "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito." (TRT da 4ª Região, Tribunal Pleno, 0020024-05.2018.5.04.0124 PET, em 13/12/2018, Desembargadora Beatriz Renck)

A instauração deste instituto assim foi justificada pelo legislador, Deputado Rogério Marinho, relator do parecer ao Projeto de Lei nº 6.787 de 2016 (que, aprovado, transformou-se na Lei 13.467/2019):

A ausência histórica de um sistema de sucumbência no processo do trabalho estabeleceu um mecanismo de incentivos que resulta na mobilização improdutiva de recursos e na perda de eficiência da Justiça do Trabalho para atuar nas ações realmente necessárias.

A entrega da tutela jurisdicional consiste em dever do Estado, do qual decorre o direito de ação. Todavia trata-se de dever a ser equilibrado contra o impulso da demanda temerária.

Pretende-se com as alterações sugeridas inibir a propositura de demandas baseadas em direitos ou fatos inexistentes. Da redução do abuso do direito de litigar advirá a garantia de maior celeridade nos casos em que efetivamente a intervenção do Judiciário se faz necessária, além da imediata redução de custos vinculados à Justiça do Trabalho.

Além disso, o estabelecimento do sistema de sucumbência coaduna-se com o princípio da boa-fé processual e tira o processo do trabalho da sua ultrapassada posição administrativista, para aproximá-lo dos demais ramos processuais, onde vigora a teoria clássica da causalidade, segundo a qual quem é sucumbente deu causa ao processo indevidamente e deve arcar com os custos de tal conduta. (sem destaques no original)

O sofismo no qual incorrem os argumentos acima merece comentário. Primeiramente, como já mencionado, o direito de acesso à justiça e à gratuidade da justiça são efetivamente deveres do Estado e direitos fundamentais de eficácia vertical. Não é possível, como pretende a Reforma Trabalhista, mitigar direitos de status constitucional em favor de desincentivar “impulso da demanda temerária”.

Afinal, só pode haver limitação de direitos fundamentais quando necessária para proteger um bem jurídico, que constitua a medida mais adequada e proporcional para este fim, o que absolutamente não se verifica nos casos aqui analisados. (HESSE, 1991)

Tampouco justifica-se o argumento da celeridade processual, considerando que na Justiça do Trabalho em 2016, o prazo médio do ajuizamento até a prolação da sentença era de aproximadamente 6 meses e 15 dias⁸, enquanto em 2018, mais de um ano após o início da vigência da Lei 13.467/17, este mesmo prazo aumentou para, em média, 8 meses e 24 dias⁹.

Quanto ao argumento de que quem deu causa à demanda deve arcar com seus custos, segundo informações do TST, entre 2012 e 2017, apenas 9,63% das ações ajuizadas na Justiça do Trabalho foram julgadas totalmente improcedentes. Ou seja, em verdade, em mais de 90% dos casos (desconsiderando, ainda, os casos em que efetivamente ocorreram violações de direitos que não foram passíveis de comprovação em juízo), o empregador deu causa ao processo quando descumpriu suas obrigações legais ou contratuais. (SOUZA, 2019)

Como critério de fixação de sucumbência, vem sendo subsidiariamente aplicado o disposto no artigo 85 do CPC:

Art. 85. **A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.**

§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

§ 2º **Os honorários serão fixados** entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento **sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa**, atendidos: (...) (sem destaques no original)

No entanto, ao contrário do CPC, a CLT não vincula a condenação em honorários à mera sucumbência, qual seja, o acolhimento ou não dos pedidos. O art. 85 do CPC dispõe que "A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor", enquanto a CLT, de forma mais ampla, refere-se a honorários de sucumbência "sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido".

⁸ Segundo dados do Relatório Analítico do TST, ano base 2016

⁹ Segundo dados do Relatório Analítico do TST, ano base 2018

Deste modo, mesmo que superados os argumentos aqui expostos anteriormente, a obtenção de proveito econômico por parte do vencido é requisito elementar da condenação em honorários sucumbenciais. Qual seja, em pedidos meramente declaratórios, por exemplo, não haveria que se cogitar a condenação em honorários.

Vale dizer ainda que o conceito de proveito econômico não pode de modo algum abranger a diferença entre o valor do pedido indicado na petição inicial e o valor efetivamente deferido na condenação. Em se tratando de teoria da causalidade, o fator a ser considerado é necessariamente qual das partes tornou o litígio inevitável ou necessário.

Havendo condenação, é irrelevante se a procedência foi parcial ou total, considerando que o reconhecimento judicial do descumprimento de obrigação deixa evidente que o réu deu causa à judicialização da demanda.

Assim, eventual diferença entre o valor postulado e o deferido não pode ser utilizado como critério para fixação de honorários, particularmente considerando que, em muitos casos, quando da elaboração da demanda, o trabalhador sequer se encontra em posse de documentos essenciais para um cálculo preciso do valor a ser demandado. Este é um dos principais motivos, conforme será detalhado em item posterior, que o valor indicado na peça inicial não pode, sem dúvida nenhuma, ser considerado liquidação ou vincular a fase executória.

Já no que tange ao abatimento de honorários de créditos devidos nos autos, *“ainda que em outro processo”*, a Reforma Trabalhista novamente viola os princípios da isonomia processual (art. 5º, caput, CF), da garantia fundamental de gratuidade judiciária à parte beneficiária da justiça gratuita e do amplo acesso à jurisdição (arts. 5º, XXXV, LXXIV, CF e 8º, 1, do Pacto de São José da Costa Rica).

Ressalta-se mais uma vez que verbas deferidas à título de crédito trabalhista tem natureza alimentar, sendo impenhoráveis e dotadas de proteção particular (artigo 833, IV do CPC, artigo 83, I, da Lei nº 11.101/2005, artigo 186 da Lei 5.172/66). Ainda que honorários de sucumbência também sejam consideradas verbas alimentares, não é possível que sejam penhorados valores muitas vezes indispensáveis à sobrevivência, privilegiando o direito do advogado da parte contrária em detrimento do sustento do trabalhador e de sua família.

Do mesmo modo como não poderia ser penhorada a remuneração de um indivíduo para garantir uma ação de execução de honorários, extremamente

incongruente que a CLT preveja “compensação” de crédito trabalhista para pagamento de honorários advocatícios.

Não é possível assumir que, por ser credor de verbas trabalhistas, o trabalhador subitamente passe a ter condições de arcar com os custos de demandar em juízo. Cabe ressaltar que a permissão dada pelo § 4º do artigo 791-A pode chegar ao extremo de validar que a integralidade dos créditos auferidos em uma reclamatória trabalhista sejam “compensados” para fins de pagamento de honorários advocatícios.

Por fim, sobre o tema, conclui-se que mesmo que aceite a possibilidade de responsabilidade pelos honorários sucumbenciais, evidente que a exigibilidade desta verba não pode estar atrelada à percepção de créditos trabalhistas decorrentes de comando judicial na Justiça do Trabalho, já que se trata de verba alimentar da qual depende a subsistência do trabalhador e de sua família.

3.1.4 Custas pela extinção da ação sem resolução de mérito – Ausência do autor na audiência

Embora a extinção sem resolução de mérito da demanda decorrente da ausência do reclamante em audiência já fosse prevista, a Lei 13.467/2017 deu a seguinte redação ao artigo 844 da CLT:

Art. 844 - O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

§ 1º Ocorrendo motivo relevante, poderá o juiz suspender o julgamento, designando nova audiência. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 2º **Na hipótese de ausência do reclamante, este será condenado ao pagamento das custas calculadas na forma do art. 789 desta Consolidação, ainda que beneficiário da justiça gratuita,** salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3º **O pagamento das custas a que se refere o § 2o é condição para a propositura de nova demanda.** (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 4º A revelia não produz o efeito mencionado no caput deste artigo se: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

I - havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

III - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

IV - as alegações de fato formuladas pelo reclamante forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 5º **Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.** (sem destaques no original)

A mera leitura dos § 2º e § 3º já permite identificar um manifesto óbice ao direito de acesso à justiça, em contrassenso com a concessão da gratuidade da justiça.

Completamente em desacordo com os princípios do direito do trabalho a previsão de que a propositura de uma demanda trabalhista seja condicionada ao pagamento de custas processuais ao Estado, especialmente se o autor for beneficiário da justiça gratuita.

Esta regra é teratológica em sua inconstitucionalidade, tendo em vista que aquele que possui os benefícios da gratuidade da justiça, por óbvio, tem direito à isenção de custas processuais. (MARQUES DE LIMA, 2017)

Assim entenderam os Magistrados da Justiça do Trabalho na 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da CONAMAT 2018:

Acesso à justiça. Art, 844, § 2º e § 3º, da CLT. Inconstitucionalidade. Viola o princípio de acesso à justiça a exigência de cobrança de custas de processo arquivado como pressuposto de novo ajuizamento. O princípio do acesso à justiça é uma das razões da própria existência da justiça do trabalho, o que impede a aplicação dessas regras, inclusive sob pena de esvaziar o conceito de gratuidade da justiça.

A ardileza deste dispositivo é ainda mais evidente em comparação ao novo parágrafo 5º do artigo 844, que mitiga os efeitos da revelia e da confissão ficta.

Deste modo, a Reforma Trabalhista, ao mesmo tempo em que beneficia o empregador que não comparece à audiência, determina medida punitiva rigorosa para o trabalhador que tem exatamente o mesmo comportamento.

O requisito introduzido pelo § 3º afronta o princípio constitucional do amplo acesso à jurisdição (artigo 5º, XXXV, CF/88) na medida em que condiciona sua aplicação ao pagamento de valores monetários ao Estado. Particularmente em relação aos que fazem jus à justiça gratuita, na prática os dispositivos impedem o exercício de direitos fundamentais de largo segmento de pessoas juridicamente reconhecidas como hipossuficientes. (DELGADO, 2017)

Em verdade, o § 2º do artigo 844 limita a eficácia do exercício regular do direito de ação, além de instaurar presunção imprópria de que há uso abusivo do processo por parte do trabalhador beneficiário da gratuidade de justiça, violando também a presunção da inocência e o direito de defesa¹⁰.

Por fim, para além das considerações traçadas, ainda que não se admitisse a inconstitucionalidade da norma em questão, inexigível o pagamento das custas como requisito para propositura de nova ação trabalhista.

Isto porque a condenação em custas não pode significar sua execução imediata em se tratando de beneficiário da justiça gratuita, que continua suspendendo sua exigibilidade, considerando as disposições do artigo 98, § 3º ¹¹ do CPC, aliadas ao artigo 791-A, § 4º da CLT. (SOUZA, 2018)

3.1.5 Litigância de má-fé

A Reforma Trabalhista inseriu a Seção IV-A, com os artigos 793-A a 793-D, que passaram a prever no processo trabalhista a responsabilidade por dano processual.

Assim dispõem os artigos 793-B e 793-C:

¹⁰ Neste sentido decidiu o i. Desembargador Jorge Luiz Souto Maior; nos autos da ATOrd 0012715-89.2017.5.15.0146 em julgado da 1ª Turma do TRT da 15ª Região, que declarou inconstitucionalidade dos artigos 790-B (caput e § 4º), 791-A, § 4º e 844, § 2º da CLT por violação literal à dispositivo constitucional (inciso LXXIV do art. 5º da CF/88).

¹¹ Art. 98. (...) § 3º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

Art. 793-B. Considera-se litigante de má-fé aquele que: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

II - alterar a verdade dos fatos; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

VI - provocar incidente manifestamente infundado; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Art. 793-C. De ofício ou a requerimento, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 1º Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juízo condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 2º Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3º O valor da indenização será fixado pelo juízo ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento ou pelo procedimento comum, nos próprios autos. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Os dispositivos não apresentam novidades, considerando que suas redações são cópias adaptadas dos artigos 80 e 81 do CPC, já utilizados subsidiariamente na Justiça do Trabalho.

No entanto, diante do contexto político e jurídico enfrentado após a promulgação da Lei 13.467/2017, e de todas as formas em que o direito do trabalho

e o acesso à justiça vem sendo ameaçados, a previsão expressa da litigância de má-fé causa receio.

A própria previsão de quatro apenações concomitantes para aquele condenado por litigância de má-fé no art. 793-C já demonstra rigor legal notável, demonstrando o explícito intento do legislador de desestimular o amplo acesso à Justiça do Trabalho. (DELGADO, 2017)

Assim sendo, cabe ressaltar que os tipos jurídicos mencionados são exageradamente abertos, possibilitando aplicações abusivas ou equivocadas. Para evitá-las, é preciso que o mero exercício do direito de ação ou de prerrogativas processuais seja resguardado deste enquadramento, sendo preciso a inequívoca conduta dolosa da parte.

3.1.6 Onerosidade da demanda no processo civil x processo do trabalho

Diante das alterações trazidas pela Reforma Trabalhista que aumentam o risco de demandar na Justiça do Trabalho, algumas considerações são necessárias. As mudanças legislativas deliberadamente encarecem o processo do trabalho para os trabalhadores, sob a justificativa de diminuir demandas infundadas e os custos arcados pelo Judiciário.

Além dos argumentos expostos nos itens anteriores, é preciso considerar também a nova assimetria entre a oneração do processo civil e o processo do trabalho. Considerando as mudanças realizadas, impossível ignorar que há diversos aspectos do processo civil, seja o regulado pelo CPC ou nos Juizados Especiais, regulados pelas Lei nº 9.099/1995 e Lei 10.259/2001, que ofereceriam melhor tutela ao trabalhador do que o processo do trabalho.

Em especial, notável que a regulação da justiça gratuita e seus efeitos seja mais abrangente ao beneficiário no processo civil do que no processo trabalhista, em que pese não seja regido pelo princípio protetivo.

Nestas circunstâncias, surge questão que não pode ser irrefletidamente respondida: sem que seja declarada a inconstitucionalidade dos dispositivos, pode o princípio da subsidiariedade ser afastado em nome do princípio da aplicação da norma mais favorável, desdobramento do princípio protetor?

Sem que haja pretensão de resposta definitiva para o dilema proposto, em sendo o princípio protetivo o pilar de sustentação das normas trabalhistas e o mais

fundamental dos princípios do direito do trabalho, vê-se como perfeitamente possível defender que o CPC deva ser aplicado quando mais benéfico, independente de previsão celetista acerca da matéria. (PLÁ RODRIGUES, 1990) (SCHIAVI, 2017)

Tal interpretação é possível, a despeito do princípio da aplicação da norma mais favorável não ter previsão infraconstitucional, justamente porque foi consagrado no artigo 19, item 828 da Constituição da OIT, possuindo, portanto, *status* supralegal. (GALIA e SILVEIRA, 2019)

Em outras palavras, significa também aplicar o princípio constitucional da isonomia (artigo 5º, *caput*, CF/88) ao âmbito trabalhista, que se manifesta no princípio protetor e seus desdobramentos.

Trata-se de raciocínio comparativo: não há como cogitar que o trabalhador que demanda na Justiça do Trabalho arque com mais ônus decorrentes da lide do que o cidadão que ajuíza ação na Justiça Comum. Se assim for, a própria Justiça Especializada perde parte importante de sua razão de ser, justificada pelas particularidades das relações de trabalho e sua tutela jurídica diferenciada.

No entanto, o alerta do Desembargador Jorge Luiz Souto Maior merece reflexão, no sentido de que não podem aqueles que buscam defender o Direito do Trabalho nutrir falsa noção de que sempre será possível meramente escolher as normas do CPC que serão aplicadas na Justiça do Trabalho. (SOUTO MAIOR, 2015)

É preciso cautela, tendo em vista que:

Não se pode deixar de considerar que a atração para o processo do trabalho da lógica de mercado enaltecida nos fundamentos do novo CPC implicaria, sem a menor dúvida, na destruição da própria razão de ser de um ramo do Direito com racionalidade social, voltada à valoração da condição humana do trabalhador (...). (SOUTO MAIOR, 2015, p. 9)

O autor aponta precisamente que a necessidade extrema de utilizar o CPC no âmbito trabalhista é oriunda da falta de método hermenêutico adequado que utilize as regras, princípios do direito do trabalho e práticas processuais da Justiça do Trabalho como norteadores em casos de eventuais lacunas. (SOUTO MAIOR, 2015)

Afinal, considerando o processo como instrumento condicionado à garantir o direito material das partes, é fundamental que o método hermenêutico também o seja, não podendo a magistratura deixar de realizar interpretação teleológica das normas do processo do trabalho.

Seja para aplicar subsidiariamente as normas do CPC ou não, fato é que a aplicação¹² dos dispositivos da CLT deve sempre priorizar as especificidades da interpretação justralhista. Esta deve ser pautada pela jurisprudência axiológica, qual seja, enfoque valorativo com prevalência dos valores e princípios essenciais do Direito do Trabalho. (DELGADO, 2019)

Por fim, considera-se que é preciso que as normas do ordenamento, sejam da CLT, do CPC, ou constitucionais, sejam interpretadas e aplicadas levando em consideração a apreciação do resultado desejado. Se este resultado é, de fato, aquele que melhor proteja o trabalhador, atenda às necessidades práticas da situação concreta, e seja o mais humano possível, priorizar o princípio da norma mais favorável é prática impositiva aos julgadores. (MAXIMILIANO, 2011)

¹² Considerando-a, nas palavras de Maurício Godinho Delgado, “a operação final da tríade interpretação-integração-aplicação” (DELGADO, 2019, p. 262)

3.2 OBSTÁCULOS À FASE DE EXECUÇÃO

Considerando o potencial de ameaça das mudanças promovidas pela Reforma Trabalhista, os obstáculos impostos à fase de execução certamente devem ser analisados com atenção.

É notória a morosidade e ineficiência do sistema de execução das decisões trabalhistas, aplicando-se a famosa máxima “ganha mas não leva” do judiciário brasileiro. Com as alterações trazidas em 2017, este quadro tende a piorar, especialmente porque as novas disposições da CLT muitas vezes são contraditórias e vagas, tornando ainda mais erráticas as aplicações pelos juízes de primeiro grau.

Analisemos, em mais detalhe, as principais mudanças.

3.2.1 Liquidação dos valores na inicial

A Lei 13.467/2017, ao dar nova redação ao artigo 840 da CLT, buscou instituir a necessidade indicar o valor de todos pedidos das petições iniciais:

Art. 840 - A reclamação poderá ser escrita ou verbal.

§ 1º Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, **o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor**, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

(Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 2º Se verbal, a reclamação será reduzida a termo, em duas vias datadas e assinadas pelo escrivão ou secretário, observado, no que couber, o disposto no § 1º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3º Os pedidos que não atendam ao disposto no § 1º deste artigo serão julgados extintos sem resolução do mérito. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (sem destaques no original)

Primeiramente, vale dizer que a nova redação do § 1º também onera a demanda para os trabalhadores, imaginando que, na prática, os escritórios de advocacia e sindicatos passaram a necessitar de serviços contábeis antes mesmo do ajuizamento das reclamações.

Porém, entende-se que o maior prejuízo gerado pelo dispositivo é causado pela interpretação de que este implica necessariamente na liquidação dos pedidos, e não mera indicação de valor.

A situação se torna ainda mais grave considerando a possibilidade de que o valor declinado na petição inicial venha a limitar eventual execução, entendimento este que já vem sendo aplicado por parte dos magistrados^{13 14}.

O dispositivo, se interpretado desta maneira, deliberadamente cria obstáculos ao processo do trabalho, capazes de acarretar graves prejuízos aos trabalhadores e à seus direitos constitucionais (art. 5º, XXXV e LXXIV, e inciso XXIX do art. 7º da CF/88).

As modificações implantadas pela Reforma Trabalhista revelam-se traiçoeiras especialmente quando analisadas em conjunto: por um lado, a consequência lógica do § 1º do artigo 840 seria o trabalhador declinar valores altos na exordial, para evitar limitação dos créditos devidos em sede de execução, e, por outro lado, o disposto no artigo 791-A força o demandante a fazer exatamente o contrário para evitar condenação em honorários sucumbenciais.

Assim, o trabalhador hipossuficiente se vê obrigado a optar pelo risco de receber valor inferior em caso de êxito para ter dívida menor em caso de fracasso.

Este panorama torna extremamente difícil para o trabalhador médio precisar a expressão econômica de sua demanda antes mesmo de ajuizar a reclamatória, e, na maior parte dos casos, obter acesso aos documentos relativos ao seu próprio contrato de trabalho.

¹³ Vale notar o imprudente Enunciado nº 01 da Jornada de Orientações Interpretativas sobre a Reforma Trabalhista do TRT da 24ª Região: "LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES LÍQUIDOS DECLINADOS NA INICIAL. NECESSIDADE, SOB RISCO DE TORNAR INÓCUA A REGRA QUE DETERMINA A LIQUIDAÇÃO DOS PEDIDOS. Os valores atribuídos aos pedidos declinados na petição inicial limitam eventual execução, exceto quanto a juros, correção monetária e pedidos que dependam de ato a ser praticado pelo réu. Admiti-se que a liquidação da sentença ultrapasse os valores inicialmente atribuídos aos pedidos estimula a prática de atribuição de valores aleatórios, afastando-se da finalidade da norma e prejudicando, sobretudo, o cálculo correto de eventuais honorários de sucumbência"

¹⁴ Já em conformidade com a interpretação aqui defendida, recentemente entendeu o TRT da 4ª Região: LIQUIDAÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL. ART. 840 DA CLT. REFORMA TRABALHISTA. O § 1º, do art. 840, da CLT, alterado pela Lei 13. 467/2017, comporta interpretação restritiva e sistematicamente adequada ao ordenamento jurídico ao estabelecer a necessidade de pedido certo, determinado e com indicação do valor, não devendo ser compreendida como exigência de prévia e antecipada liquidação de todos os pedidos formulados, bastando a estimativa do valor pretendido. (TRT-4 - ROT: 00212302920185040003, Data de Julgamento: 24/09/2019, 5ª Turma)

Novamente comparando o processo civil com o trabalhista, vale dizer que o CPC não traz imposição acerca da liquidez do pedido na petição inicial, como se infere do art. 319, IV:

Art. 319. A petição inicial indicará:

I - o juízo a que é dirigida;

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - **o pedido com as suas especificações**;

V - o valor da causa;

(...) (sem destaques no original)

As “especificações” mencionadas no dispositivo não se confundem com valor líquido, justamente considerando que tal entendimento adicionaria risco desnecessário à demanda, como leciona Cândido Dinamarco:

(...) como na prática é às vezes muito difícil a determinação de um valor preciso desde logo – sendo arriscado pedir a mais e sucumbir parcialmente por não ter direito a tudo a que se tem direito -, tal exigência não pode ser rígida, e os próprios tribunais não são radicais a esse respeito (...) (DINAMARCO, 2017)

Vale ressaltar que, caso prevaleça esta interpretação literal do artigo 840, a Justiça do Trabalho será obrigada a lidar com a propagação exponencial de pedidos e processos preparatórios (para produção antecipada de provas e exibição de documentos), o que, além de prejudicar a eficiência e celeridade processual, vai de encontro a todos os supostos objetivos da Reforma Trabalhista.

Portanto, entende-se que única interpretação possível do § 1º do artigo 840 é de que o trabalhador não é obrigado a apresentar cálculos detalhados, mas apenas indicar valor estimado, arbitrado pelo autor. (SCHIAVI, 2017)

As previsões da própria CLT corroboram este entendimento, tendo em vista que a Lei 13.467/2017 não alterou em nada a legislação quanto à etapa de liquidação de sentença (procedimento que permanece previsto nos artigos 791-A,

879, 884, 897 da CLT), e tampouco exigiu prolação de sentenças líquidas. Qual seja, se a liquidação fosse realizada na inicial, não haveria sentido em exigir a liquidação posterior. (COELHO, 2017)

Desse modo, em análise sistemática da CLT, ainda que com as alterações trazidas pela Reforma Trabalhista, e considerando a realidade das Varas do Trabalho, não é possível realizar liquidação durante a fase cognitiva do processo, sob o risco de invalidar integralmente o procedimento do artigo 879 da CLT.

Sob esta ótica, não podem os valores indicados na inicial determinarem nada além do valor da causa e no cálculo de eventuais custas.

Portanto, a conclusão a se chega é que, na hipótese de conhecimento de pedido em reclamatória trabalhista, a sentença tem a obrigação de determinar o valor da condenação no montante efetivamente devido, independentemente do valor indicado no pedido, para que haja efetiva prestação jurisdicional.

Por fim, vale ressaltar que, em sendo irrenunciáveis grande parte dos direitos trabalhistas, não pode o Judiciário limitar direito material efetivamente reconhecido em sentença sob o argumento de que este foi limitado por estimativa indicada na petição inicial.

3.2.2 Configuração do grupo econômico

Com a vigência da Reforma Trabalhista, assim restou a redação do artigo 2º, § 3º da CLT:

Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º - Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego¹⁵, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

¹⁵ Ressalta-se aqui que neste artigo, a expressão “relação de emprego”, deve ser lida como “relação de trabalho”.

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3º **Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.** (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Em um dos raros acertos, ainda que inadvertido, da Reforma Trabalhista, a nova redação do § 2º incorporou a já predominante corrente doutrinária de que para configurar grupo econômico para fins justralhistas, basta a coordenação interempresarial, não necessariamente precisando de relação hierárquica entre as empresas. (DELGADO, 2017)

Neste sentido, já dispunha o § 2º do art. 3º da Lei do Trabalho Rural:

Art. 3º -(...)

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, embora tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico ou financeiro rural, serão responsáveis solidariamente nas obrigações decorrentes da relação de emprego.

Vale ressaltar que neste caso, a ampliação das hipóteses de configuração de grupo econômico para abranger aquelas que tenham efetiva comunhão de interesses e atuação conjunta, trata-se, ironicamente, de acaso oriundo da má técnica do legislador. Isto porque, na justificativa apresentada pelo relator do PL 6.787/2016¹⁶, a intenção da alteração do dispositivo era exatamente a

¹⁶ “A alteração do art. 2º busca não deixar margem a dúvida sobre a caracterização do grupo econômico, impedindo-se o empréstimo da lei do trabalho rural para ampliação do conceito, como tem sido feito a partir do entendimento sumulado pelo TST. Com isso, evitam-se injustiças no

contrária, impedir a incorporação do conceito mais amplo trazido pelo Lei do Trabalho Rural.

No entanto, o risco apresentado pela alteração deste artigo é o § 3º, que prevê que a mera identidade de sócios não configura grupo econômico¹⁷, sendo necessária prova do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.

É importante dizer que os requisitos para configuração do grupo econômico para fins justrabalhistas não se confunde em absoluto com sua tipificação legal para outras áreas do direito (Direito Empresarial ou Econômico, exemplificativamente). Assim, não é preciso que o grupo econômico em questão seja revestido das modalidades jurídicas mercantis, e tampouco exige-se que seja institucionalizado formalmente em registros públicos. (DELGADO, 2019)

A exigência imposta pelo art. 2º da CLT, em sua literalidade, impõe medida excessivamente difícil ao trabalhador, ainda mais considerando que este sequer tem acesso à documentação dos atos constitutivos das empresas e relativos à sua atuação. E, também, há que se considerar o elevado custo envolvido em ter acesso à contratos sociais e suas revisões, entre outros.

momento da execução, com a inclusão no rol dos devedores de sócios ou empresas que dele não deveriam constar. Nesse sentido, foi acatada a Emenda 489, do Deputado Daniel Vilela (PMDB/GO).“

¹⁷ Importante notar que o C. TST, antes da promulgação da Reforma Trabalhista, já tinha entendimento consolidado neste mesmo sentido, exemplificativamente: "(...). GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. O art. 2º, § 2º, da CLT exige, para a configuração de grupo econômico, subordinação à mesma direção, controle ou administração, embora cada uma das empresas possua personalidade jurídica própria. Assim, para se reconhecer a existência de grupo econômico é necessário prova de que há uma relação de coordenação entre as empresas e o controle central exercido por uma delas. No presente caso, não restou suficientemente demonstrado a presença de elementos objetivos que evidenciem a existência de uma relação de hierarquia entre as empresas, suficiente à configuração de grupo econômico a atrair a condenação solidária. Recurso de Embargos de que se conhece em parte e a que se nega provimento." (E-ED-RR-996-63.2010.5.02.0261, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, SBDI-1, DEJT 20/5/2016)

RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. CONFIGURAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO. ART. 2º, § 2º, DA CLT. EXISTÊNCIA DE SÓCIOS EM COMUM. A interpretação do art. 2º, § 2º, da CLT conduz à conclusão de que, para a configuração de grupo econômico, não basta a mera situação de coordenação entre as empresas. É necessária a presença de relação hierárquica entre elas, de efetivo controle de uma empresa sobre as outras. O simples fato de haver sócios em comum não implica por si só o reconhecimento do grupo econômico. No caso, não há elementos fáticos que comprovem a existência de hierarquia ou de laços de direção entre as reclamadas que autorize a responsabilidade solidária. Recurso de Embargos conhecido por divergência jurisprudencial e desprovido. (E-ED-RR-214940-39.2006.5.02.0472, Relator Ministro: Horácio Raymundo de Senna Pires, SBDI-1, DEJT de 15/08/2014)

Nestes casos, é evidente a necessidade de inversão probatória em benefício do trabalhador, já tradicionalmente aplicada subsidiariamente nos termos do artigo 373 do CPC, e a partir da Reforma Trabalhista, nos termos do artigo 818¹⁸ da CLT.

Prezando pela isonomia processual, em considerando o maior poder “de armas” no processo do empregador, a identidade de sócios pode não bastar para configurar grupo econômico, mas de fato constitui evidência suficiente para causar a inversão do ônus da prova¹⁹.

É preciso considerar também que, de fato, a identidade de sócios não leva à configuração automática de grupo econômico em todos os casos. No entanto, se o dispositivo não for corretamente interpretado pelos magistrados, pode levar à uma diminuição drástica da utilidade do instituto do grupo econômico para fins trabalhistas (DELGADO, 2017).

Evidentemente, a identidade de sócios via de regra leva à conclusão de que as empresas detém os mesmos interesses econômicos. Afinal, se duas ou mais empresas atuam com o objetivo de gerar lucro às mesmas pessoas, operando nas mesmas áreas de atuação no mercado, ou relacionadas, deve ser reconhecido com facilidade o interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta.

Por fim, mais uma vez, é preciso realizar interpretação lógico-racional, sistemática e teleológica do § 3º, que permite chegar à conclusão de que a identidade de sócios somente deixa de configurar grupo econômico em situações específicas, em que a participação societária do indivíduo nas empresas envolvidas seja irrisória, absolutamente incapaz de demonstrar o interesse integrado²⁰ (DELGADO, 2017).

¹⁸ Art. 818. O ônus da prova incumbe: (...)

§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos deste artigo ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

¹⁹ Neste sentido, ver o 5º Enunciado da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da ANAMATRA.

²⁰ A 2ª Turma do TRT da 13ª Região recentemente proferiu decisão que, embora não tenha reconhecido o grupo econômico em razão de outros elementos fáticos do caso concreto, reconheceu: AÇÃO AJUIZADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. CONSÓRCIO. EMPRESAS DE TRANSPORTE PÚBLICO. GRUPO ECONÔMICO. NÃO

3.2.3 Vantagens processuais para entidades filantrópicas e sem fins lucrativos

A Reforma Trabalhista alterou ligeiramente o artigo 884 da CLT, incluindo o § 6º, que proíbe a exigência da garantia ou penhora para entidades filantrópicas, fazendo o mesmo quanto à exigência de depósito recursal no artigo 899 da CLT:

Art. 884 - Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exeqüente para impugnação.

(...)

§ 6º A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (sem destaques no original)

Art. 899 - Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora.

(...)

§ 9º O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 10º São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (sem destaques no original)

CONFIGURAÇÃO. O novo teor art. 2º, § 2º, alterado pela Lei nº 13.467/2017, expressamente admitiu o grupo econômico horizontal ou por coordenação, cujos elementos para caracterização são coordenação e entrelaçamento entre as empresas atuantes. No que concerne especificamente ao disposto no § 3º do art. 2º, que exclui a configuração do grupo econômico pela simples identidade de sócio, adoto a interpretação de que essa participação societária deve ser realmente irrisória. A contrário sensu, quando a participação societária não seja insignificante, deve sim ser reconhecido o grupo econômico, para efeitos justralhistas.(...) (TRT-13 - RO: 00002405920195130026 0000240-59.2019.5.13.0026, 2ª Turma, Data de Publicação: 30/10/2019)

As vantagens concedidas pela Lei 13.467/2017 às entidades filantrópicas e seus membros são inéditas no direito processual do trabalho, evidenciando mais uma vez o tratamento desproporcional da Reforma Trabalhista entre empregado e empregador, onerando o trabalhador enquanto confere facilidades ao empregador.

Enquanto os dispositivos alterados demonstram certa razoabilidade, é preciso que os magistrados de primeiro grau e tribunais concedam essas benesses com cautela, apenas àquelas entidades que de fato sejam filantrópicas.

No mais, é certo que esta gratuidade integral para o empregador concedida pela Reforma Trabalhista incentiva a recorribilidade excessiva e o protelamento para cumprimento de decisões de fazer e pagar, particularmente em se tratando de embargos à execução com fins apenas protelatórios (HOMERO BATISTA, 2017).

3.2.4 Vedação do prosseguimento de execução de ofício

Assim restou a nova redação do artigo 878 da CLT, após alterações promovidas pela Reforma Trabalhista:

Art. 878. A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.
(Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

A mudança efetuada, obviamente, é a vedação da execução de ofício por parte do magistrado (em considerando que a esmagadora maioria das partes possui procurador constituído nos autos).

Trata-se de violação abrupta de longa tradição justralhista na fase de execução, que diferenciava-se justamente pelo incentivo de impulso do processo pelos magistrados. A extinção desta singularidade histórica vem causando impactos consideráveis, que prejudicam os exequentes (HOMERO BATISTA, 2017).

A alteração vai de encontro aos objetivos²¹ de assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, assegurar a celeridade na prestação jurisdicional, garantir os

²¹ Assim descritos no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2010, exercício de 2017, elaborado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

direitos da cidadania e a missão²² de realizar justiça no âmbito das relações de trabalho da Justiça Especializada.

Além disso, especialmente contraditório com o artigo 765 da CLT, que dispõe sobre a ampla liberdade do juiz na direção do processo:

Art. 765 - Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.

Assim sendo, a nova redação do artigo 878 da CLT implica em verdadeiro retrocesso²³, efetivamente revogando o princípio da iniciativa judicial²⁴ e aproximando o processo do trabalho do processo civil.

Por fim, cabe ressaltar que, em termos doutrinários, o dispositivo faz ressurgir o debate acerca da autonomia ou não dos atos executórios quanto aos atos da fase de conhecimento. Isto porque costumava haver relativo consenso de que a execução trabalhista seria apenas uma das etapas, não se tratando de processo autônomo. Ocorre que esta tese de sincretismo processual era suportada em grande parte pelo argumento de que o magistrado detinha autonomia para dar andamento aos processos através de atos de execução de ofício, procedimento vedado pela Reforma Trabalhista (HOMERO BATISTA, 2017).

3.2.5 Prescrição intercorrente

Assim passou a prever o artigo 11-A da CLT, determinando o prazo de dois anos para prescrição intercorrente no processo do trabalho:

Art. 11-A. Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

²² *Idem*

²³ Sobre o tema, o 113º Enunciado da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da ANAMATRA: “EXECUÇÃO DE OFÍCIO E ART. 878 DA CLT Em razão das garantias constitucionais da efetividade (CF, art. 5º, XXXV), da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII) e em face da determinação constitucional da execução de ofício das contribuições previdenciárias, parcelas estas acessórias das obrigações trabalhistas (CF, art. 114, VIII), o art. 878 da CLT deve ser interpretado conforme a Constituição, de modo a permitir a execução de ofício dos créditos trabalhistas, ainda que a parte esteja assistida por advogado.”

²⁴ Assim nomeado na obra de Manoel Antônio Teixeira Filho, ao descrever os princípios da execução trabalhista. (TEIXEIRA FILHO, 1994)

§ 1º A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

§ 2º A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

Primeiramente, vale dizer que o dispositivo contraria a jurisprudência consolidada do TST (Súmula 114), em que pese a controvérsia histórica acerca do tema.

A disposição trazida pela Reforma Trabalhista tem o claro intento de eximir os devedores de suas obrigações trabalhistas. Considerando que o prazo médio²⁵ desde o início de uma execução até o encerramento é de mais de 3 anos e meio, é gritante que o prazo para recaimento de prescrição intercorrente seja pouco mais da metade deste período.

Isto, ainda, sem considerar a notória quantidade de processos em fase de execução que perduram por anos a fio, até mesmo por décadas, por falta de identificação de bens (seja de fato por ausência de condições ou por fraude à execução) do executado.

Novamente, é preciso que o artigo seja interpretado de modo coerente com os princípios do processo e do direito do trabalho, assim como as demais disposições do ordenamento e do sistema just trabalhista.

Isto porque, conforme destaca Homero Batista da Silva:

Se formos levar a interpretação gramatical do art. 878 e do art. 11-A da CLT (prescrição intercorrente), corremos o risco de premiar o caloteiro e de incentivar as rotas de fuga: basta que o devedor consiga se esquivar por dois anos que obterá, como recompensa, o perdão da dívida. (HOMERO BATISTA, 2017, p. 118).

Neste sentido, também ensina o ministro Maurício Godinho Delgado, de que é impossível que seja declarada prescrição intercorrente quando a ausência de

²⁵ Segundo dados do Relatório Analítico do TST, ano base 2018.

efetivação dos créditos devidos seja manifesta culpa do devedor inadimplente (DELGADO, 2017).

E, inclusive, não há como se falar em declaração da prescrição intercorrente de ofício sem que seja observado o direito à ampla defesa e contraditório por parte do exequente, assim como não há como cogitar que o executado se aproveite de sua própria torpeza ou vício para requerer a incidência da prescrição (DELGADO, 2017).

Por fim, importante ressaltar que não pode o prazo inicial da prescrição intercorrente no processo do trabalho disparar quando o descumprimento de determinação judicial não for incumbência foi exclusiva da parte, como cálculo de liquidação, indicação de bens à penhora, cumprimento de despachos genéricos (como “requeira o que entender de direito”) (HOMERO BATISTA, 2017).

Ou seja: não pode o instituto da prescrição intercorrente ser utilizado para “desafogar” as varas do trabalho de modo irrefletido somente para diminuição da carga de trabalho ou cumprimento de metas, somente devendo ser utilizada nas hipóteses em que há perda da exigibilidade do direito por inércia injustificada do interessado (HOMERO BATISTA, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Curia pauperibus clausa est*²⁶
(o tribunal está fechado para os pobres)

Aprovada escondendo-se sob o manto de diversos mitos e falácias, a Reforma Trabalhista é mais uma prova do fracasso estatal em efetivar direitos mínimos aos cidadãos.

Adotando o entendimento da professora Marilane Oliveira Teixeira, é possível assim sintetizar os vários planos de enfraquecimento à prestação jurisdicional efetiva causados pela Reforma Trabalhista:

- a. O extremo aumento do risco em demandar na Justiça do Trabalho, através da oneração excessiva, ignorando os princípios do direito do trabalho e do direito processual do trabalho; (TEIXEIRA, 2017)
- b. Previsão de jurisdição voluntária para a homologação de acordo extrajudicial, de modo a permitir quitação ampla e irrestrita de contratos de trabalho sem que o empregado conte com assistência sindical, legitimada pela via judicial, ignorando a existência de direitos irrenunciáveis; (TEIXEIRA, 2017)
- c. Diminuição da responsabilidade dos empregadores, com a maior dificuldade para configuração de grupo econômico e limitação da responsabilidade de sócios retirantes. Esta irresponsabilização de agentes econômicos que atuem em uma mesma cadeia tem consequência gravíssimas, inclusive podendo representar um sério retrocesso no combate ao trabalho análogo à escravidão, e colocando em risco a efetividade da prestação jurisdicional de inúmeras demandas trabalhistas. (TEIXEIRA, 2017)

²⁶ Ovídio, Amores, Livro III, 8.

- d. Limitação da atuação dos tribunais e juízes do trabalho, incluindo o TST, ao coibir a promulgação de súmulas e enunciados de jurisprudência que restrinjam direitos legalmente previstos ou criem obrigações não previstas em lei. Deste modo, portanto, impondo amarras à atribuição judiciária de interpretação da norma, em contrapartida às tendências seguidas pelo resto do ordenamento jurídico. (TEIXEIRA, 2017)
- e. Análise de acordos e convenções coletivas limitada à conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, facilitando retrocessos e distorcendo o sentido do princípio da intervenção mínima na autonomia coletiva em favor do capital e do patronato. (TEIXEIRA, 2017)

Dentre as poucas defesas possíveis frente à este cenário, é primordial para o futuro do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho que as alterações trazidas pela Reforma Trabalhista, aqui expostas de maneira sucinta, sejam interpretadas à luz da Constituição Federal, direitos fundamentais, e dos princípios do direito e processo do trabalho.

Os obstáculos ao acesso à justiça aqui mencionados, são, além de incoerentes juridicamente falando, riscos concretos à saúde física e psicológica dos indivíduos. A defesa de um trabalho digno, e, conseqüentemente, de uma vida digna aos trabalhadores e suas famílias, necessariamente passa pelo acesso à justiça e pela habilidade de buscar socorro nas instituições que foram designadas para este fim, como o antigo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), e a Justiça do Trabalho.

Não se trata de discussões meramente acadêmicas ou preciosismos jurídicos, mas sim problemáticas com repercussões práticas e imediatas em larga escala.

Por fim, notável que o desmonte sistemático da Justiça do Trabalho e das entidades sindicais é, em verdade, tragédia anunciada há muito tempo, na qual o sustento, o corpo, o psicológico e a dignidade em si do trabalhadores e trabalhadoras são reiteradamente colocados em risco pelas empresas com o aval do Estado através da ineficiência e absurdos praticados pela Justiça do Trabalho.

5 REFERÊNCIAS

BOCHENEK, Antônio César. A interação entre tribunais e democracia por meio do acesso aos direitos e à justiça: Análise de experiências dos juizados especiais federais cíveis brasileiros. Tese. Faculdade de Economia e Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21359/3/Intera%C3%A7%C3%A3o%20entre%20tribunais%20e%20democracia%20por%20meio.pdf>>.

BRASIL. Constituição [da] República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

CAPPELLETTI, Mauro. Acesso à Justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Editora Fabris. Porto Alegre: 1988.

CASSAR, Vólia Bonfim. Comentários à reforma trabalhista. São Paulo: Método, 2017.

COELHO, Luciano Augusto de Toledo. Alguns Aspectos da Reforma Trabalhista – aplicabilidade, petição inicial, defesa e audiência. Disponível em:

<http://www.amatra9.org.br/opinioao-alguns-aspectos-da-reforma-trabalhista-aplicabilidade-peticao-inicial-defesa-e-audiencia/>.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Reforma Trabalhista Brasileira e o Supremo Tribunal Federal: As Escolhas Trágicas?

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho - Obra revista e atualizada conforme Lei da Reforma Trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18. ed. São Paulo - SP: LTr, 2019.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. A Reforma Trabalhista no Brasil - com os comentários à Lei N. 13.467/2017. LTr. São Paulo, 2017.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 15ª edição. São Paulo: LTr, 2016.

DIEESE, A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil. Disponível em <
<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.pdf>>.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil, vol. II. São Paulo: Malheiros, 2017, p. 147.

Enunciados aprovados da 1ª Jornada de Orientações Interpretativas sobre a “Reforma Trabalhista” – Lei 13.467/2017 23 e 24 de agosto de 2018 promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. Disponível em http://www.trt24.jus.br/documents/1314207/1462414/Enunciados+aprovados+e+editados-1+-+dr+lzidoro+ed+final_23_11_2018.pdf/cba0b021-8321-4b9b-918f-256abd262043. Acesso em 15/10/2019.

GALIA, Rodrigo Wasem. SILVEIRA, Marcelo Eron Rodrigues da. Impactos da Reforma Trabalhista no Acesso à Justiça Sob O Prisma Da Constituição Federal, Dos Tratados Internacionais De Direitos Humanos E Dos Princípios Norteadores Do

Direito Do Trabalho. Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH -Belo Horizonte. Volume XII, numero 1, agosto de 2019.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Os princípios constitucionais e o código de processo civil. São Paulo: Editora Bushatsky, 1975.

HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Sérgio Antonio Fabris Editor. Porto Alegre: 1991.

IVO, Jasiel. A reforma trabalhista e a violação constitucional do acesso à justiça. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, MG, v. 63, n. 96, p. 135-147, jul./dez. 2017.

Justiça em Números 2018: ano-base 2017. Conselho Nacional de Justiça - Brasília: CNJ, 2018.

KREIN, José Dari (organização). Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista. GT Reforma Trabalhista CESIT/IE/UNICAMP. Campinas: 2017.

MARQUES DE LIMA, Francisco Meton; MARQUES DE LIMA, Francisco Péricles Rodrigues. Reforma Trabalhista - Entenda Ponto por Ponto. 1. ed. São Paulo: LTr, 2017.

MARINHO, Deputado Rogério. Voto do Relator. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do Poder Executivo que “altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”. Parecer da Reforma. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961.

MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria geral do processo. 3ª edição. Revista dos Tribunais. São Paulo: 2008.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 20ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

NELSON, Nery Júnior. Princípios do processo civil na Constituição Federal. 8ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. Curso de Derecho Laboral. Volume I. Montevideo, Ediciones Idea: 1990.

SCHIAVI, Mauro. A reforma trabalhista e o processo do trabalho: aspectos processuais da Lei 13.647/2017. São Paulo: LTr Editora, 2017.

SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho. 12ª edição. São Paulo: LTr, 2017.

SERAU JUNIOR, Resolução do conflito previdenciário e direitos fundamentais. Tese. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-11042016-094659/publico/Tese_Marco_Aurelio_Serau_Jr.pdf>.

SILVA, Homero Batista da. Comentários a reforma trabalhista. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O conflito entre o novo CPC e o processo do trabalho. Revista Ltr: legislação do trabalho, São Paulo, SP, v. 79, n. 8, p. 957-980, ago. 2015

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; SEVERO, Valdete Souto. O acesso à justiça sob a mira da reforma trabalhista: ou como garantir o acesso à justiça diante da reforma trabalhista. Revista eletrônica (do) Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, PR, v. 6, n. 61, p. 57-92, jul./ago. 2017.

SOUZA, Leonardo Barbosa de. O acesso à justiça no estado democrático de direito: a reforma trabalhista na contramão do direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória. Vitória, 2019.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. Execução no Processo do Trabalho. 4ª edição. São Paulo: LTr, 1994.

_____. O Processo do Trabalho e a Reforma Trabalhista: as alterações introduzidas no processo do trabalho pela Lei 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira (Org.); GALVAO, Andréia (Org.); KREIN, José Dari (Org.); BIAVASCHI, Magda (Org.); ALMEIDA, Paula Freitas de (Org.); ANDRADE, Hélio Rodrigues (Org.). Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista. 1. ed. Campinas: UNICAMP/IE/CESIT, 2017. v. 1. 328p..

TRINDADE DE SOUZA, Rodrigo. (organizador). CLT comentada: pelos juízes do trabalho da 4ª Região. 3ª edição. São Paulo: LTr, 2018;